

# Assim Nasceu a SPF

Augusto Barroso

augusto.barroso@netcabo.pt

No dia 22 de janeiro de 1971, o Diário de Notícias publicou, na primeira página, a duas colunas, uma “Nota oficiosa do Ministério da Educação Nacional”, intitulada: “Várias Providências Para Pôr Termo À Situação Anormal Das Universidades De Lisboa E Coimbra”. No que diz respeito à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) a anormalidade conta-se em meia dúzia de linhas: os estudantes distribuíam na Rua da Escola Politécnica uma folha informativa, a polícia apareceu, os estudantes refugiaram-se na Faculdade, a polícia perseguiu-os e ocupou as instalações. Como consequência desta ocupação, os assistentes reuniram e decidiram que não dariam aulas com a polícia a ocupar as instalações. Não sei se foi esta a primeira greve de assistentes, mas, para o objeto desta nota, não importa agora averiguá-lo. O que pretendo é dar-vos o ambiente que se respirava na Universidade, nesse início de 1971.

No dia 15 de fevereiro de 1971, realizou-se no anfiteatro de Física da FCUL uma reunião do núcleo de Física de Lisboa da Sociedade Portuguesa de Química e Física (SPQF). Nessa reunião foi aprovado, por unanimidade, constituir uma comissão mandatada para promover um inquérito entre os físicos, sócios ou não da SPQF, para averiguar do interesse em se constituir uma Sociedade Portuguesa de Física. A comissão era constituída por: Eduardo Martinho, Filipe Duarte Santos e Jaime de Oliveira da Junta de Energia Nuclear e Augusto Barroso e João Quininha da FCUL. Este grupo (Figura 1) que se auto intitulou “Comissão Pró-SPF” foi o promotor do nascimento da SPF.

Até à implantação da república, Portugal teve uma única Universidade que, lá longe, em Coimbra, assistiu ao século das luzes sem nunca ver a luz e, tal como todo o País, ouviu, sem se perturbar muito, os rumores da revolução industrial. Resistiu “heroicamente” aos primeiros ventos da modernidade, soprados pelo liberalismo. Impediu que, em 1835, se criasse em Lisboa um instituto para o ensino e investigação da Física e da Matemática. Felizmente, só não conseguiu fazer abortar o projeto da criação da Escola Politécnica de Lisboa porque Passos Manuel a criou sob a proteção do Ministério da Guerra. Não surpreende, portanto, que a reforma do ensino, e do ensino superior em particular, fosse uma das tarefas prioritárias dos revoltosos de 1910. Como consequência desta reforma são fundadas novas Universidades em Lisboa e no Porto e, em 1911, é criada a licenciatura em Ciências Físico-químicas cujas disciplinas de Física eram as seguintes: Física Geral, Física dos Sólidos e Fluidos, Acústica, Óptica e Calor e Eletricidade. Examinando esta lista de quatro disciplinas e, melhor ainda, consultando alguns

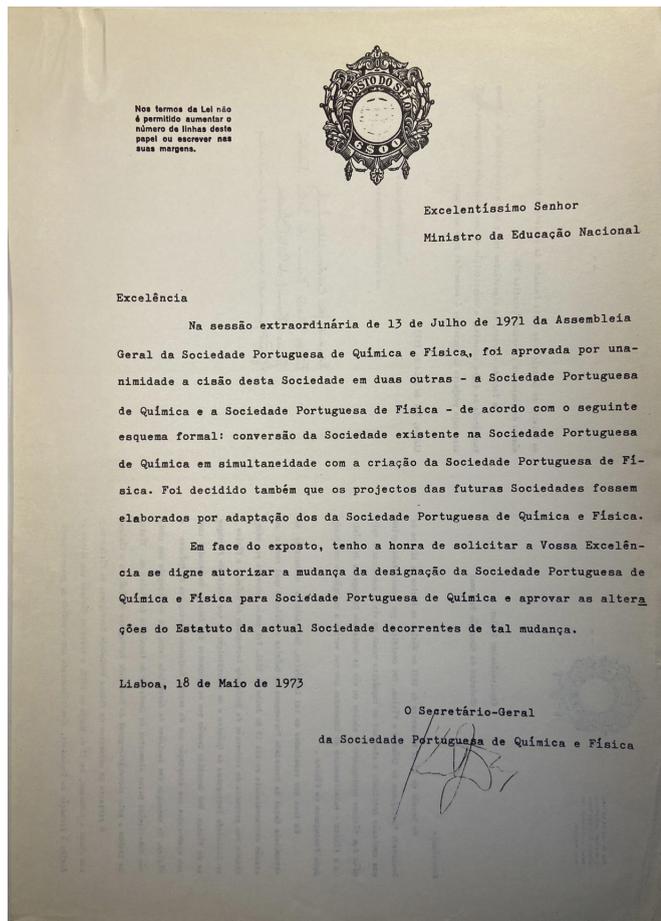
dos programas das matérias professadas, podemos concluir que não se estaria muito longe do que se fazia noutros países da Europa. A Física do século XIX era razoavelmente coberta por este elenco de disciplinas. Contudo, o que é grave é que este elenco, com um ou outro retoque mais de nome do que de conteúdo, permaneceu inalterado até 1964! Com efeito, só em 31 de julho de 1964, o Decreto-lei 45840, introduz uma reforma profunda dos cursos das Faculdades de Ciência. É criada uma licenciatura em Física com cinco anos na qual vão existir disciplinas de Física moderna, tais como: Mecânica Quântica, Física do Estado Sólido, Física Nuclear, Física Teórica e Mecânica Estatística. Esta reforma vai produzir, em 1969, os primeiros licenciados em Física em Portugal.



Comissão S.P.Física 1971-1975.

Num referencial sociopolítico de turbulência, mas com um enquadramento científico de entusiasmo e esperança, a comissão pró-SPF meteu ombros à sua tarefa. O inquérito recolheu 155 respostas das quais 130 eram favoráveis à criação da SPF. Desse modo, a Comissão promoveu, ao abrigo do artigo 16º dos estatutos da SPQF, a convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos: a) apreciar os resultados do inquérito realizado pelo Núcleo de Física de Lisboa da SPQF, b) discutir e eventualmente aprovar a cisão da SPQF em duas sociedades, a SPF e a Sociedade Portuguesa de Química (SPQ). A assembleia foi convocada a 24 de maio de 1971 para reunir a 4 de junho. À hora a que deveria reunir,

verificou-se que não estava presente o Presidente da mesa, o Prof. Andrade de Gouveia. O primeiro secretário, Prof. Alberto Ralha, informou que a Assembleia não poderia ter lugar porque não tinha sido cumprido o disposto no artigo 18.º dos estatutos, por outras palavras, não tinha sido convocada com pelo menos 15 dias de antecedência.



Ultrapassada esta dificuldade, a Assembleia Geral Extraordinária da SPQF reuniu, com a mesma ordem de trabalhos, no anfiteatro de Química da FCUL, às 21 horas do dia 13 de julho de 1971. Por unanimidade foi aprovada a cisão da SPQF em duas sociedades. Melhor dizendo, foi aprovado que a SPQF se transformaria na SPQ e simultaneamente os Físicos desenvolveriam esforços para criarem a SPF. Foi aprovado que estas duas ações fossem desenvolvidas simultânea e coordenadamente e o projeto de estatutos de ambas as sociedades fosse obtido

por adaptação dos estatutos existentes da SPQF. Da execução destas decisões ficaram encarregues o Secretário-Geral da SPQF, Prof. Kurt Jakobson e a Comissão Pró-SPF.

Ao leitor mais jovem, toda esta cautela pode parecer excessiva. Até talvez estúpida. Pois é. Mas, em 1971, a criação de qualquer associação fosse ela de caráter científico ou recreativo não era um processo simples. Era preciso pedir autorização ao Governo e submeter à sua aprovação o projeto de estatutos. Só depois desta aprovação a associação poderia funcionar e eleger os seus primeiros corpos gerentes. Aliás, o Governo tendia sempre a ver em qualquer associação uma ameaça e, na dúvida, não a aprovava.

Mesmo ao leitor mais distraído não terá passado despercebido que a Comissão era formada por Físicos jovens e sem grande peso nas respetivas instituições. Dos cinco só dois tinham doutoramentos recentes: Filipe Duarte Santos, Londres 1968 e Jaime de Oliveira, Orsay 1969. Consciente destas dificuldades a Comissão resolveu que era importante angariar suporte público de vários Físicos que, na altura, desempenhassem lugares de relevo nas Universidades. Assim, usando a forma de inquérito de opinião, foi promovida a publicação no Diário de Lisboa, de depoimentos dos Professores Alte da Veiga, de Coimbra, Gomes Ferreira, de Lisboa, João Bessa e Ferreira da Silva, do Porto, António Brotas, do Instituto Superior Técnico e, ainda, Rómulo de Carvalho, do Liceu Pedro Nunes. Todos eles apresentaram razões favoráveis para a criação da SPF. Uns realçaram o papel que a futura sociedade poderia ter na investigação e no ensino da Física; outros argumentaram sobre a necessidade do fomento de emprego de físicos na indústria e realçaram o papel que a SPF deveria ter na promoção da importância social da profissão de cientista. Seria fastidioso repetir aqui todos os argumentos. Mas, não resisto a fazer uma citação: *Ciência sem investigadores seria o mesmo que poesia só com recitadores de versos, sem poetas.*<sup>1</sup>

Em março de 1972, a Comissão enviou a todos os que responderam ao inquérito, o projeto de estatutos da futura sociedade e um boletim para a inscrição como sócio fundador da SPF. Para além disso, foi feito um esforço de divulgação junto das instituições que empregavam físicos: departamentos das Universidades, Junta de Energia Nuclear e Instituto Nacional de Meteorologia. Deste modo, foi possível reunir uma lista de 222 sócios fundadores. Tal lista, da qual tenho uma cópia, vale mais pelos nomes ausentes do que pelas presenças. Entre os primeiros merece destaque o Prof. Veiga Simão, Físico, professor

## Inquerito

# Qual a importância de uma Sociedade de Física na nossa política científica?

DIÁRIO DE LISBOA 16 de Julho de 1971 M/R PAGINA SETE

Na sequência deste nosso inquérito, publicamos hoje o depoimento do prof. eng.º António Brotas:

«É um lugar comum falar-se de cientistas que vivem isolados em «torres de marfim». Ora a verdade é

mas, tirando estas situações peculiares, não lhes vem à ideia procurar a colaboração de pessoas com formação científica pelo simples facto de terem uma formação científica.

«Nos países avançados as pessoas de formação científica de nível elevado, pelo seu número e pelo seu peso, sabem por ter, mesmo sem

ções) ouvem dizer que a Ciência é importante. Ouvem dizer e acreditam, mas demasiadas vezes não sabem porquê e como é que a Ciência é importante. Para uns, o objectivo do trabalho dos investigadores nos laboratórios e centros de estudo é o de fazer descobertas com interesse económico imediato. Resposta

a ciência é uma das facetas essenciais da cultura e que sem investigação científica não pode haver Ciência.

«A Ciência não é acumulação de factos científicos. Não é um trabalho de eruditos. É, sim, o trabalho de pessoas com um pensamento activo. É a capacidade de descobrir coisas e compre-

pu da Ciência e da investigação. Ciência sem investigadores seria o mesmo que poesia só com recitadores de versos em vez de poetas.

«A investigação científica, o ensino das Ciências, uma maior utilização e presença de indivíduos de formação científica nos vários sectores de actividade económica

para onde foram, por iniciativa própria, ou, nos últimos anos, mereceu duma política inteligente do Instituto de Alta Cultura que começa a dar os seus frutos e que espero não venha a ser interrompida. Vejo com prazer surgirem alguns físicos portugueses de mérito dez anos

Nos termos da Lei não é permitido sumir e número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Excelentíssimo Senhor  
Ministro da Educação Nacional

Excelência

Na sessão de 15 de Fevereiro de 1971 do Núcleo de Física de Lisboa da Sociedade Portuguesa de Química e Física, foi decidido, por unanimidade, criar uma comissão destinada a efectuar um inquérito tendo em vista auscultar à opinião dos físicos portugueses - sócios ou não da Sociedade Portuguesa de Química e Física - relativamente ao interesse com que veriam a criação de uma Sociedade Portuguesa de Física .

Em face dos resultados de tal inquérito, foi pedida a convocação da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Química e Física a qual reuniu em sessão extraordinária no dia 13 de Julho de 1971. Foi então aprovada por unanimidade uma proposta de conversão da Sociedade Portuguesa de Química e Física em Sociedade Portuguesa de Química e de constituição de uma Sociedade Portuguesa de Física. Foi decidido também que os projectos das futuras Sociedades fossem elaborados por adaptação dos da actual Sociedade Portuguesa de Química e Física. Da execução das decisões da Assembleia Geral foi encarregada uma comissão constituída pelos elementos da Comissão do Inquérito do Núcleo de Física de Lisboa e pelo secretário-geral da Sociedade Portuguesa de Química e Física.

O projecto de estatutos da futura Sociedade Portuguesa de Física foram dados a conhecer, em 27 de Março de 1972, a todos os físicos que tinham aderido à formação da Sociedade, simultaneamente com o pedido de preenchimento

do boletim de inscrição de sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Física. O número de respostas recebidas totaliza 220 .

Em face do exposto, os signatários têm a honra de solicitar a Vossa Excelência se digne autorizar a constituição de uma Sociedade Portuguesa de Física cujo projecto de Estatutos é submetido para aprovação .

Lisboa, 22 de Maio de 1973

A Comissão Organizadora  
da Sociedade Portuguesa de Física

Eduardo João Cardoso Melandrihy  
Filipe Duarte Branco da Silva Santos  
Luís Manuel da Costa Oliveira  
João Faria da Silva de Oliveira

da Universidade de Coimbra e que, na altura, era o Ministro da Educação. A prudência do lugar foi mais forte do que as ideias democráticas e liberais que necessariamente deve ter bebido em Cambridge!

A constituição da SPF, solicitada ao Ministério da Educação a 26 de maio de 1973, foi autorizada por despacho do Secretário de Estado da Instrução e Cultura, de 30 de outubro de 1973. A 19 de abril de 1974 foi celebrada a escritura notarial de constituição da Sociedade.

Depois, aconteceu o 25 de Abril!

Apesar da "urgência inadiável" de todos os problemas que assaltaram as Universidades e das inúmeras reuniões que implicaram, foi possível convocar a primeira Assembleia Geral da nova Sociedade. Reuniu, no anfiteatro de Departamento de Física da Universidade de Coimbra, no dia 25 de janeiro de 1975. A mesa foi constituída pela Comissão Pró-SPF e presidida pelo Eduardo Martinho. A ordem de trabalhos foi a seguinte: a) relato da atividade da comissão pró-SPF; b) eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Secretário-Geral, do Secretário Geral Adjunto, do Tesoureiro, e do Conselho Fiscal; c) comunicações livres; d) linhas de ação futuras.

Este relato é baseado nas notas coligidas e publicadas pelo

Eduardo Martinho (1935-2021). Seria ele que as deveria ter escrito se ainda estivesse entre nós. Os dados são dele e podem ainda ser consultados, as opiniões são minhas.



Augusto Barroso, Professor Catedrático aposentado do Departamento de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup>Eduardo Martinho, Como nasceu a Sociedade Portuguesa de Física, tempoderecordar-edmartinho.blogspot.com/2011/12